

Deputados disputam bolo de Cr\$ 52 tri

Givaldo Barbosa

Scheila Bernadete

Críticas à parte, as disputas para obter um "lugar ao sol" na poderosa Comissão Mista de Orçamento voltaram a agitar os congressistas. Cientes da importância e privilégio dos cargos, eles lutam como podem para ocupar as 65 sub-relatorias, que serão responsáveis pelo enxugamento setorial das 74 mil emendas apresentadas ao orçamento de Cr\$ 52 trilhões previsto para o próximo ano. A definição será feita neste final de semana.

A escolha dos sub-relatores, conforme consta na resolução nº 01, que regulamentou a Comissão Mista, é prerrogativa do senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), atual presidente da comissão. Mesmo ele tendo afirmado que obedecerá o critério de proporcionalidade partidária, senadores e deputados não discutem que a amizade é fator determinante em se tratando de Comissão Mista de Orçamento. O relator-geral, deputado João Alves (PFL-BA) e seus influentes companheiros de trabalho que o digam.

A conhecida "igrejinha" como foi apelidado o grupo de parlamentares do PMDB e PFL, entre os quais integrantes ilustres como os líderes do PMDB, e do governo deputados Genebaldo Correia (BA) e Humberto Souto (PFL-MG) — tal o poder de influência que eles têm na aprovação de verbas orçamentárias, nos últimos dez anos, para

suas regiões — pode transformar-se em catedral.

"Catedral ou igrejinha, vamos fazer uma fiscalização rigorosa", disse o líder do PDT, deputado José Genoíno. Ele citou o acordo entre PDT, governistas e outros partidos de esquerda na aprovação dos recursos de 75% do orçamento para os Ciacs, como um exemplo de troca "a uma boa partilha nas suas regiões".

Nestes últimos dias, os críticos do orçamento resolveram silenciar. A cautela pode representar destinação de verbas para escolas, saneamento, habitação, estradas e outras obras capazes de despertar a cobiça de prefeituras, governadores e empreiteiros em todo o País. O deputado Sérgio Guerra (PSDB-PE), um dos mais ativos parlamentares na luta para a transparência da Comissão Mista, é um bom exemplo.

Cotado para a sub-relatoria do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Guerra já sentiu o gosto da reverência — mesmo antes de ser indicado — com o assédio de empreiteiros e prefeitos da região. O deputado Carlos Cardinal (PDT-RS), até bem pouco tempo exigente com as mudanças na relatoria da comissão não esconde seu entusiasmo para sub-relatar alguma área das 65 divisões orçamentárias. E já mandou o recado para os eleitores: "Darei

parecer favorável a todas as emendas do Rio Grande do Sul". Ele próprio foi designado pelo governo gaúcho para ser o signatário de 30 emendas organizadas pela Secretaria da Fazenda daquele estado.

Outro parlamentar cotado para assumir uma sub-relatoria é Sérgio Machado (PSDB-CE), autor de várias emendas para modificar as regras do orçamento. Informado de que estava sendo citado entre os deputados que denunciaram um complô do grupo com o governo na limitação dos 25% às modificações do Congresso para projetos novos, em troca da não rejeição de projetos pelo Executivo, Machado desconvendeu. "Não temos provas e um tipo de denúncia sobre isto é muito complicado", afirmou ele.

O esforço dos parlamentares para arrecadar recursos federais para seus municípios e estados pode resultar em quase nada, uma vez que o governo contingencia o Orçamento e libera muito menos do que foi previsto. No entanto, pode ser compensado com uma ajuda extra na campanha eleitoral. Esta é oferecida por verdadeiros pesos pesados de empresas especializadas em obras públicas, que tem interesse na realização dos projetos. Isto explica a verdadeira multidão de lobbistas que visitam, diariamente, os gabinetes dos parlamentares cotados na "bola de valores" da Comissão Mista de Orçamento.



Escolha dos 65 sub-relatores passa pelo critério do senador

Givaldo Barbosa